

CULTURA E DESENVOLVIMENTO HUMANO: LIMITAÇÕES E POSSIBILIDADES DA VERSÃO CULTURALISTA DE CAPITAL SOCIAL PARA A EXPANSÃO DAS CAPACIDADES EM ÂMBITO LOCAL

Airton Adelar Mueller

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUI)

Resumo

Este artigo discute criticamente a abordagem culturalista de capital social desenvolvida por Robert Putnam (2000a, 2000b) a partir da Abordagem das Capacidades proposta por Amartya Sen (1985, 2000, 2010). O objetivo central consiste em demonstrar empiricamente (através de modelos de regressão multivariados) que os supostos efeitos benéficos do capital social sobre o desenvolvimento socioeconômico podem ser bem menos relevantes do que a tese putnamiana faz crer, quando se adota uma concepção de desenvolvimento que mede diversas dimensões do desenvolvimento humano e, quando a partir dela, se considera outros fatores e mecanismos que podem afetar tal desenvolvimento. Tendo em vista a pluralidade cultural decorrente do processo de colonização do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil, os dados empíricos se referem aos 496 municípios daquele estado, entre os anos 2000 e 2010. Dentre os resultados, destaca-se que, contrariando a tese putnamiana, sequer foram encontrados efeitos positivos do capital social sobre a dimensão Emprego/Renda. De outro modo, as dimensões Educação e Saúde se mostraram fortemente associadas aos indicadores de capital social, que se mantiveram robustos após a consideração de outros aspectos nos modelos estimados. A discussão de tais resultados sob a lente das capacidades aponta para a necessidade de se colocar em segundo plano as culturas regionais na análise de disparidades de desenvolvimento e colocar em primeiro plano outros aspectos, especialmente de ordem material, que impedem a criação de oportunidades e limitam a condição de agente de muitos indivíduos, formadores do capital social.

Palavras-chave: Capital Social, Abordagem das Capacidades, Agência, Poder e Controle

Introdução

Possivelmente poucos conceitos nas ciências sociais tiveram repercussão tão abrangente como o de capital social nas últimas duas décadas. Isto se deu especialmente após a publicação, em 1993, do livro de Robert Putnam sobre as desigualdades regionais na Itália – *Making democracy work: civic traditions in modern Italy*. Em tal trabalho o autor atribuiu importância quase que decisiva à maior/menor presença de capital social nas respectivas regiões para explicar as disparidades regionais de desempenho institucional e de desenvolvimento socioeconômico.

Cerca de duas décadas depois da publicação do livro de Putnam, Fine (2010) entende que a noção de capital social passou por um processo de alargamento tal que já não comporta mais nenhum valor heurístico, apenas ideológico. Para ele “social capital is to social science as McDonald’s is to gourmet food (FINE, 2010, p. 21). “In place of the global, the economic, class, the state, conflict, gender, power and so on, social capital offers a bland alternative [...]” (FINE, 2010, p. 34). Não apenas nos trabalhos de Putnam, mas em muitas das inúmeras pesquisas recentes inspiradas em sua abordagem, haveria, segundo Fine (2010), uma superestimação do pretensível papel positivo do capital social. Isto porque muitos dos resultados que vêm sendo atribuídos ao capital social, seriam, em boa medida, decorrentes da desconsideração de outros fatores explicativos. Mesmo que tal aspecto referente ao trabalho de Putnam (2000a) já tenha sido ressaltado desde cedo por autores como, por exemplo, Levi (1996) ou Tarrow (1996), este segue sendo um tema candente. Para Fine (2010, p. 26) “this is not exactly rocket science, but it has been overlooked all too frequently by the social capital literature”.

Interpretação semelhante a de Fine (2010) já havia tido Portes (2000) quanto aos supostos efeitos do capital social na formação de capital humano – segundo a tese defendida por Coleman (1988). Portes (2000), através de regressões multivariadas, testou os efeitos de diferentes indicadores de capital social no desempenho escolar de filhos de imigrantes que vivem nos Estados Unidos. Tais efeitos se mostraram, à primeira vista, positivos e estatisticamente significantes. As variáveis de capital social foram então submetidas a controles de outros possíveis fatores explicativos do desempenho escolar. O autor chegou à conclusão de que o que realmente impacta o desempenho escolar são tais outros fatores – especialmente aqueles de natureza socioeconômica – e não o capital social do estudante e/ou de sua família. Daí ele afirma que “[...] despite the current popularity of the concept, much of its alleged benefits may be spurious after controlling for other factors” (PORTES, 2000, p. 1).

Conforme a tese putnamiana, o capital social é decorrente da respectiva cultura de cada região e ele ajuda a explicar as disparidades espaciais de desenvolvimento. Neste sentido, desconsiderar outros fatores explicativos, pode superestimar o papel do capital social – e das respectivas características culturais – na explicação das disparidades. Se as culturas são distintas e se elas são uma variável explicativa relevante, chega-se ao corolário de que cada região tem aquilo que fez por merecer em termos de desenvolvimento. Isto de, certo modo, despolitiza os debates em torno das próprias desigualdades espaciais de

desenvolvimento, pois as naturaliza e legitima. Daí que via análise putnamiana podem surgir justificativas e não necessariamente explicações para as disparidades espaciais de desenvolvimento. Neste sentido, o objetivo aqui não é o de negar ou refutar a tese putnamiana de que o capital social possa ser decorrente da cultura local/regional e que este capital possa ser um recurso endógeno à localidade/região com possível efeito instrumental sobre o desenvolvimento. Baseado na metodologia de Portes (2000), a ideia central deste trabalho consiste em destacar que os supostos efeitos do capital social na explicação do desenvolvimento local podem ser bem menores se ao mesmo tempo considerarmos outros elementos explicativos¹.

Dada a importância da herança cultural para a tese putnamiana e tendo em vista a pluralidade cultural decorrente do processo de colonização do Estado do Rio Grande do Sul-Brasil², aquele estado apresenta um contexto bastante propício para avaliarmos a pertinência de tal tese. Daí que a unidade de análise deste trabalho são os 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul existentes no ano 2010. O período de análise compreende a década 2000-2010.

Aqui optou-se por trabalhar com a Abordagem das Capacidades desenvolvida sobretudo pelo economista indiano Amartya Sen, segundo a qual o desenvolvimento requer que ao invés de nos concentrarmos nos meios, nos concentremos sobre “*como as pessoas conseguem viver de fato* (ou, avançando além disso, sobre a *liberdade* para realmente viver de um modo que se tem razão para valorizar)” (SEN, 2000, p. 93, destaques no original). Daí resulta, em primeiro lugar, um índice multidimensional de desenvolvimento local, semelhante ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) das Nações Unidas, que contém informações sobre Emprego/Renda, Educação e Saúde, como medida de desenvolvimento (variáveis dependentes a serem explicadas). Assim, a questão aqui investigada se refere tanto ao índice multidimensional (que é uma média das três dimensões) quanto a cada uma das dimensões em separado. Da mesma Abordagem das Capacidades, utiliza-se os

¹ Cabe destacar que, diferentemente daquele autor, trabalha-se aqui com dados agregados ao nível municipal, e não com dados ao nível dos indivíduos. Deste autor vale-se aqui basicamente da ideia de que também no nível coletivo os efeitos do capital social podem estar sendo superestimados e que com sua estratégia metodológica é possível evidenciar empiricamente tal sobre-estimação, bem como mostrar outros fatores relevantes na explicação do desenvolvimento dos municípios ora estudados.

² Para exemplificar esta diversidade, tomemos os números apresentados por Pellanda (1925, p. 27). Segundo seus dados, imigraram para o estado entre os anos 1824 e 1914 um total de 155.014 indivíduos. Destes, 43,16% eram Italianos, 17% Russos, 13,33% Alemães, 10,5% Poloneses, 4,9% Espanhóis, 3,63% Austríacos, 2,88% Portugueses, 2% Suecos, 0,61% Holandeses, 0,6% Franceses, 0,08% Suíços, 0,06% Belgas, 0,02% Ingleses, além de 1,33% de “outros”. Obviamente que estes dados não são os únicos existentes, porém nos fornecem uma noção clara do que aqui procuramos destacar, que é a diversidade étnico/cultural da população daquele estado.

conceitos de Liberdades Instrumentais e de Diversidades e Heterogeneidades para derivar outros fatores (variáveis de controle) que, junto com o capital social, podem explicar parte do desenvolvimento dos municípios. Além disso, vale-se do conceito de Agência – e dos conceitos de Poder Efetivo e Controle a ela inerentes – desenvolvida por Sen (2000, 1985) para a interpretação dos principais resultados.

O texto apresenta, na sequência, os argumentos centrais da tese putnamiana. Em seguida é apresentada a abordagem das capacidades de Amartya Sen, de cujos conceitos é derivado o marco teórico/conceitual da análise empírica. O terceiro item apresenta os dados e as variáveis trabalhadas. A quarta sessão traz os resultados empíricos. Em seguida conclui-se, ressaltando as principais contribuições e limitações da pesquisa.

1 A cultura cívica e as das disparidades espaciais de desenvolvimento

Para Putnam (2000a, p. 177) capital social “diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. Este capital seria uma espécie de recurso coletivo/comunitário intangível inerente à cultura, ao ethos regional (PUTNAM, 2000a, p.88, 91). Em Putnam (2000b, p. 19) lê-se que

the core idea of social capital theory is that social networks have a value. Just as a screwdriver (physical capital) or a college education (human capital) can increase productivity (both individual and collective), so too social contacts affect the productivity of individuals and groups. Whereas physical capital refers to physical objects and human capital refers to properties of individuals, social capital refers to connections among individuals – social networks and the norms of reciprocity and trustworthiness that arise from them. In that sense social capital is closely related to what some have called ‘civic virtue’.

Para a formação e funcionamento do capital social não bastaria simplesmente a abundância de redes e associações. O caráter qualitativo delas também seria um fator fundamental. Segundo o autor, a natureza do associativismo e da interação pública poderia ser predominantemente horizontal ou vertical. Tal distinção seria de cunho cultural, historicamente constituída. O associativismo horizontal ele qualifica como sendo aglutinador de membros com status e poder semelhantes. Já o vertical reuniria membros de forma assimétrica e hierárquica, com diferenças de status e poder, significando a existência de laços de dominação e dependência. Tal cenário vertical seria exatamente o oposto do civismo. É o que ele chama de “familismo amoral”, o que seria o ethos predominante no Sul da Itália (PUTNAM, 2000a). Este ethos seria caracterizado por indivíduos sem virtudes

cívicas que visam maximizar a vantagem material e imediata da família nuclear. Prevalendo, assim, um cenário verticalizado, quase que hobesiano, com reduzidas possibilidades de haver confiança generalizada e ações cooperadas e coletivas. Conseqüentemente, aquelas regiões não se beneficiariam dos efeitos positivos do capital social.

De outro modo, onde houvesse o predomínio do associativismo horizontal, pelo contrário, haveria também o predomínio da confiança e normas de reciprocidade generalizadas e, conseqüentemente, abundância de capital social. Com a abundância deste capital, tanto governos, quanto o setor privado, teriam maiores possibilidades de êxito em seus empreendimentos e projetos. Isto porque a predominância de confiança e normas de reciprocidade generalizadas tornariam as pessoas mais predispostas a cooperar umas com as outras. Assim se reduziriam os comportamentos oportunistas, bem como os custos de transação, o que tornaria o sistema mais eficiente, facilitando as ações coletivas. E, coletivamente seria possível alcançar objetivos maiores não alcançáveis via ações individuais. Assim se explicariam, em grande parte, as disparidades regionais atuais, tanto no caso italiano, quanto em outros continentes e países.

Em outras palavras, Putnam encontra a explicação para as diferenças socioeconômicas inter-regionais dentro de cada região e este fator seria a respectiva cultura. Fatores externos e outros fatores internos para além da cultura são obliterados pela lente putnamiana. Neste sentido, trabalhar com tal lente sem considerar outros aspectos simultaneamente, pode contribuir para a superestimação do papel do capital social e das respectivas culturas locais ou regionais. O que, por sua vez, pode mais legitimar do que explicar disparidades espaciais de desenvolvimento.

2 Desenvolvimento segundo a abordagem das capacidades de Amartya Sen

O conjunto de reflexões de Amartya Sen passou a ser conhecido como Abordagem das Capacidades (*capability approach*). Em uma de suas obras mais recentes, Sen afirma que tal abordagem: “[...] gives a central role to a person’s *actual* ability to do the different things that she values doing. [...] focuses on human lives, and not just on the resources people have, in the form of owning – or having use of – objects of convenience that a person may possess” (SEN, 2010, p. 253, destaques no original). O ponto de partida de Sen são as “Diversidades e Heterogeneidades”. Ou seja, dadas as “heterogeneidades pessoais”

(diferenças intrínsecas entre indivíduos em termos de idade, saúde física, etnia, gênero, etc), um mesmo nível de renda, ou uma mesma quantidade de recursos, poderia proporcionar níveis distintos de bem-estar. Da mesma forma, uma série de outras diversidades contextuais, tais como as “diversidades ambientais” (temperaturas extremas, inundações, etc.) poderiam interferir na conversão de rendas e recursos em bem-estar³. Assim, avaliar somente as rendas seria pouco esclarecedor quanto ao real bem-estar das pessoas. Daí que o autor propõe tomar-se as rendas e recursos como meios, e o bem-estar individual, como fim. Neste sentido Sen (2000, p. 10) defende que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer sua condição de agente”. Tendo como ponto de partida esta pluralidade de “Heterogeneidades e Diversidades” e a distinção clara entre fins e meios, sua análise, tanto do bem-estar individual, quanto do coletivo, baseia-se em quatro conceitos interconexos: Funcionamentos (*functionings*), Capacidades (*capabilities*), Agência (*agency*) e Liberdade (*freedom*).

“Funcionamentos” são as efetivações, as conquistas de uma pessoa, aquilo que ela consegue fazer ou ser. Já as “capacidades” refletem as distintas possibilidades de um indivíduo alcançar distintos funcionamentos. Nas palavras de Sen (1987, p. 48) “a functioning is an achievement, whereas a capability is the ability to achieve”. Neste sentido, o bem estar de uma pessoa não consiste somente naquilo que ela consegue realizar e atingir, mas também nas oportunidades reais de atingir realizações diferentes daquelas que efetivamente tenha atingido.

“Agência”, segundo Sen (2000, p. 30) representa a liberdade de ser protagonista, de tomar decisões relativas à própria vida e de ser capaz de influenciar o mundo. Um “agente” é “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos [...]” (SEN, 2000, p. 33). Inerente a tal entendimento de agência, Sen (1985, p. 208-212) ressalta as noções de “poder efetivo” (*effective power*) e “controle” (*control*). “Poder efetivo”, no contexto da abordagem das capacidades, consiste basicamente no poder que uma pessoa ou grupo possui para atingir os objetivos e prioridades escolhidos, independentemente de os interessados controlarem ou não os respectivos processos. “Controle”, por sua vez, refere-se à habilidade (e poder) de fazer escolhas e controlar os processos associados a tal escolha. Assim, a avaliação de

³ Além destas duas categorias de “Diversidades e Heterogeneidades” aqui mencionadas, Sen (2000) cita ainda outras três não operacionalizadas neste trabalho. São elas: “Variações no clima social”, “Diferenças de perspectivas relativas” e “Distribuição na família”.

realizações implica considerar-se os processos a elas inerentes, o que por sua vez requer atenção aos aspectos de poder e controle disponíveis aos atores envolvidos nesses processos. A isso ele acrescenta que “[...] a condição de agente de cada um é inescapavelmente restrita e limitada pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas de que dispomos” (SEN, 2000, p. 10).

Ou seja, o mesmo conceito de “agência” serve para mostrar que os indivíduos podem (e devem) controlar seus destinos, participar das questões de interesse público, ser agentes, mas também mostra que nem tudo está sob controle dos próprios interessados. Dado que a condição de agente não é ilimitada, e sim, restrita por um conjunto de fatores de ordem social, política e econômica. E isto por sua vez, implica que “agency is a matter of degree rather than “an ‘on/off’ capacity or condition” (CROCKER, 2010, p. 11). Daí que muito do que acontece a ou com um indivíduo ou grupo, pode ser resultado da “agência de outros” (*agency of others*) (CROCKER & ROBEYNS; 2010:).

Para Putnam, somente a cultura interfere na “agência” dos indivíduos, e desta “agência” resulta o capital social e seus efeitos sobre o desenvolvimento. Já para Sen, a “agência” também é afetada por aspectos materiais, sociais e políticos, e tem inerente as noções de “poder” e “controle”. O que pode, tanto restringir, quanto potencializar os resultados desta “agência”. Neste sentido, entende-se que Putnam apresenta apenas um lado da noção de “agência”. Aquele que diz respeito ao engajamento, à participação. Ele não considera os aspectos que limitam e condicionam a condição de agente em si, bem como os efeitos que dela se pode esperar.

Daí que boa parte do desenvolvimento de um município pode se dar a despeito da cultura local e da respectiva quantidade de capital social. Isto porque há que se considerar, em primeiro lugar, o poder e o controle que os agentes locais têm para influenciar aspectos que interferem no desenvolvimento local. Ou seja, regiões pouco desenvolvidas têm seu capital social formado sobretudo por um conjunto de indivíduos mais carentes em termos materiais, menos instruídos, etc. Portanto, com possibilidades mais restritas de exercerem com eficácia sua condição de agente. Em segundo lugar, há que se considerar que alguns aspectos e processos inerentes a cada uma das dimensões do desenvolvimento, podem ser mais controláveis por atores locais do que outros. Em um contexto de atividades econômicas globalizadas, é bastante provável que muitas das atividades econômicas locais estejam sendo controladas por agentes externos (*agency of others*) e não pela agência dos atores locais. Do mesmo modo, é possível que vários aspectos e processos subjacentes à

“Educação” e à “Saúde” em um município possam ser mais bem controlados pelos agentes locais. Neste sentido, o capital social local poderia se mostrar mais eficaz sobre estas dimensões do que sobre a dimensão “Emprego/Renda”.

Além destes dois aspectos, há que se considerar outros elementos internos à unidade de análise. Elementos esses que podem, junto com o capital social, influenciar o desenvolvimento local. Para tanto, vale-se aqui do conceito de “liberdades” desenvolvido por Sen. Para ele, as “liberdades” são, de um lado, sinônimo de “capacidades”. Ou seja, são as oportunidades reais de ter estilos diferentes de vida. O que significa que as liberdades têm um aspecto constitutivo que serve para mensurar/avaliar o desenvolvimento. De outro lado, elas têm também um papel instrumental no processo de obtenção do desenvolvimento. Ter mais liberdade significa ser mais desenvolvido, mas ter mais liberdade, também potencializa as possibilidades de alcançar mais desenvolvimento. Neste sentido, Sen (2000) desenvolve a noção de “Liberdades Instrumentais” para elencar distintos aspectos e mecanismos que possam ter um papel instrumental na obtenção de desenvolvimento. Dentre elas destaca-se as “Facilidades Econômicas” e as “Oportunidades Sociais”⁴.

“Facilidades econômicas” são as “oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca” (SEN, 2000, p. 55). Tais liberdades dependerão, segundo o autor, tanto da disponibilidade de recursos, quanto do acesso que as pessoas tenham a eles. Já as “oportunidades sociais” são as “disposições que a sociedade estabelece nas áreas de educação, saúde, etc., as quais influenciam a liberdade substantiva de o indivíduo viver melhor” (SEN, 2000, p. 56).

Do aspecto constitutivo/avaliativo da liberdade define-se primeiramente a noção de desenvolvimento aqui adotada (desenvolvimento como liberdade) e, em seguida, sua respectiva mensuração empírica (índice multidimensional de desenvolvimento local). Da função instrumental da liberdade e destas duas categorias de liberdades instrumentais deriva-se aspectos a serem utilizados como variáveis de controle quanto aos possíveis efeitos do capital social no desenvolvimento local. Com este mesmo propósito, vale-se da noção de “diversidades e heterogeneidades” acima apresentada. Mais especificamente, trabalhamos com as “heterogeneidade pessoais”, uma vez que a desigual distribuição da população entre os municípios segundo faixas etárias, sexo, cor da pele, etc. podem, tanto ser resultado da disparidade de desenvolvimento, quanto ter implicações instrumentais

⁴ Além destas duas categorias, Sen (2000) menciona as “liberdades políticas”, as “garantias de transparência” e a “segurança protetora” como liberdades instrumentais ao desenvolvimento. Pela dificuldade de encontrar dados no campo empírico ora estudado, elas não foram operacionalizadas neste trabalho.

sobre ele. Além disso, acrescentamos aspectos próprios do campo empírico em estudo, aos quais nos referimos como “diversidades locais”. A argumentação desenvolvida até o momento pode ser sintetizada nos seguintes dois pontos:

A) Segundo a abordagem putnamiana, é de se esperar que os indicadores de capital social estejam associados positivamente com o índice de desenvolvimento local e suas dimensões. Caso esta associação positiva se conforme, espera-se que, conforme os resultados apresentados por Portes (2000), estes “efeitos” do capital social também apresentem redução significativa, deixando de ser estatisticamente significantes, depois de controlados por outros fatores.

B) Espera-se que os efeitos positivos do capital social, se mostrem menores sobre a dimensão “Emprego e Renda” do que sobre as demais dimensões. Isto porque aqui se propõe analisar os efeitos do capital social através da noção de “agência” (e dos conceitos de “poder” e “controle” a ela inerentes) de Amartya Sen, sem com isso desconsiderar o papel da cultura. Neste sentido, é possível que especialmente as atividades econômicas de muitos municípios não sejam decorrentes diretas da “agência” dos atores locais. Se é desta agência que resulta o capital social local, pode haver uma dissociação entre este capital e muitas atividades econômicas locais. O que pode não ser tão acentuado no caso das dimensões Saúde e Educação, tendo em vista que estas podem estar mais sob controle dos agentes locais, e, portanto, da sua “agência” e do seu capital social.

3 Dados e Variáveis

Os dados aqui utilizados foram obtidos junto a distintas fontes oficiais brasileiras, ou estrangeiras em cooperação com organismos brasileiros, conforme descrito para cada uma das variáveis apresentadas a seguir⁵.

3.1 Variáveis Dependentes

IFDM: Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal. Tal qual o IDH, este índice também varia de zero a um. Valores mais próximos de zero indicam pior desenvolvimento e valores mais próximos de um, indicam melhor desenvolvimento. Três áreas do desenvolvimento humano

⁵ As estatísticas descritivas e as intercorrelações entre todas as variáveis deste estudo podem ser consultadas nos anexos A e B, respectivamente.

são levadas em consideração em sua composição final: Emprego/Renda, Educação e Saúde. Cada uma das três áreas consideradas contribui de forma igual para a composição final do índice. A composição de cada indicador se dá conforme descrito a seguir. *IFDM-Emprego/Renda*: Visa acompanhar a movimentação e as características do mercado formal de trabalho. Cada uma das duas áreas (emprego e renda) contribui com 50% na composição do indicador. *IFDM Educação*: Visa captar tanto a oferta quanto a qualidade da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, que são de competência direta dos municípios. O Ensino Infantil contribui com 20% para este indicador e o Fundamental com 80%. *IFDM-Saúde*: Busca captar a oferta e a qualidade de atenção básica à saúde dos moradores de cada município⁶. Os dados foram obtidos em Firjan (2012).

3.2 Variáveis de Capital Social

Índice de organizações voluntárias (IOV): Representa o número de associações, fundações e organizações religiosas existentes nos municípios no ano 2002 para cada grupo de mil habitantes⁷. Tais informações são partes do estudo “*As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil*” (IBGE/IPEA, 2004).

Participação nas Eleições regulares (PER): Trata-se do percentual médio de comparecimento às eleições ocorridas no Brasil nos anos 2000, 2002, 2004, 2006 e 2008⁸. Para cada ano em que ocorreram eleições foi calculado o percentual de eleitores que votou em cada município. Depois disso foi calculada a média da participação durante o período⁹. Os dados foram obtidos junto à Plataforma *Ipeadata* (IPEA, 2011).

Consulta Popular (CP): Refere-se a um procedimento realizado anualmente pelo governo estadual do estado do Rio Grande do Sul com a finalidade de destinar parte das verbas do

⁶ Detalhes sobre a composição de cada um dos indicadores podem ser obtidos em Firjan (2012).

⁷ Dado que o estudo tem como ano base o ano 2002, o número de habitantes usado no cálculo também se refere àquele ano.

⁸ Poder-se-ia questionar a validade deste indicador para um país onde a participação eleitoral é obrigatória e não voluntária, conforme o indicador de participação em referendos usado por Putnam (2000a). Contra tal objeção se argumenta que a obrigatoriedade de voto seria um problema incontornável se buscássemos comparar países com legislações eleitorais distintas, e não regiões/municípios dentro de um mesmo país, portanto, regidos pelo mesmo regime jurídico. Desta forma o não comparecimento às urnas tem as mesmas consequências legais para todos aqueles que deixam de participar das eleições. Portanto, as diferenças na participação eleitoral podem ser pensadas como resultantes de maior/menor interesse pelas questões coletivas, e não simplesmente como resultado de uma imposição legal.

⁹ Para os municípios que não existiam no ano 2000 foram considerados somente os dados das eleições posteriores.

orçamento do ano seguinte conforme demandas apresentadas e eleitas pelos moradores de cada município. Elaborou-se um indicador baseado no percentual médio de participação dos respectivos eleitores durante o período de 2005 até 2008, uma vez que era para estes anos que havia dados para todos os municípios. Tais dados encontram-se disponíveis ao público no sítio eletrônico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul (RS, 2010).

3.3 Variáveis de Controle

IFDM2000: Putnam (2000a) ressalta ser necessário ter-se em consideração os valores de cada variável dependente em seu período “um”, “[...] uma vez que presumivelmente o melhor prognosticador de uma variável no segundo período é esta mesma variável no primeiro período – o chamado efeito ‘auto-regressivo’ (Putnam, 2000a, p. 164, destaques no original). Assim, os valores do IFDM e de cada uma de suas dimensões no ano 2000, são usados como variáveis de controle nos respectivos modelos.

Facilidades Econômicas:

Crescimento: Segundo Sen (2000), a importância do crescimento econômico deve ser medida por sua contribuição para a ampliação do bem-estar dos indivíduos. Neste sentido ele é aqui tomado como uma variável independente. Trata-se do percentual de variação do Produto Interno Bruto (PIB) dos municípios para os anos em que havia dados disponíveis (2001 até 2010) no momento de realização da pesquisa¹⁰. As informações sobre os PIBs municipais são elaboradas pela Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul (FEE, 2012).

Industrialização (Indust): Da mesma forma como o crescimento econômico, entende-se que também a industrialização deva ser vista como uma variável meio e não como um fim em si mesmo, ou como sinônimo do próprio desenvolvimento. Sua operacionalização se deu através da mensuração da variação – em valores percentuais – de sua participação no Valor Adicionado Bruto (VAB)¹¹ dos municípios durante o período

¹⁰ Primeiramente calculou-se o percentual de variação do PIB de cada ano com relação ao ano imediatamente anterior, em seguida calculou-se a média destas variações.

¹¹ Valor Adicionado Bruto (VAB): É o valor que a atividade acrescenta aos bens e serviços consumidos no seu processo produtivo. Em outras palavras, é a contribuição ao Produto Interno Bruto pelas diversas atividades econômicas, obtida pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário absorvido por essas atividades (FEE, 2012).

2001-2010¹². Os dados do VAB, já decompostos de acordo com os três setores, foram obtidos junto à FEE (2012).

Acesso à terra (AT): Sen (2000) refere-se às “facilidades econômicas” como oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção e troca. Neste sentido, o acesso à propriedade fundiária se mostra como um aspecto que contempla de maneira ampla tais oportunidades. Em um cenário de grandes propriedades, somente poucos têm acesso à terra. De outro modo, onde as propriedades são menores, maior será o número de proprietários. O que significa maior democratização no acesso à terra. Neste sentido, é de se esperar que quanto maiores forem as propriedades rurais em um município, piores serão seus indicadores de desenvolvimento. Aqui tal acesso à terra é medido pelo tamanho médio das propriedades rurais (em hectares) em cada município no ano de realização do último censo agropecuário no Brasil (2006)¹³. Os dados são oriundo do Censo Agropecuário de 2006 (IBGE 2012).

Índice de Gini (Gini): Segundo Sen (2000), além dos aspectos agregativos (crescimento econômico), os aspectos distributivos são fundamentais para os processos de desenvolvimento. “O modo como as rendas adicionais geradas são distribuídas claramente fará diferença” (SEN, 2000, p. 56). Com relação à desigualdade de renda, ela implica especialmente menor capacidade de consumo de um contingente maior da população. O que tem efeitos subsequentes sobre todas as atividades econômicas. Aqui se toma o Índice de Gini¹⁴ da renda auferida pelos moradores de cada um dos municípios no ano 2000 como variável de controle. Espera-se que maior desigualdade implique menores índices de desenvolvimento municipal. A fonte de tais dados é o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil referente ao ano 2000 (PNUD 2003).

Oportunidades Sociais:

Analfab25: Percentual de adultos (acima de 25 anos de idade) analfabetos no total da população residente em 2000. Dentre as oportunidades sociais, Sen (2000) se refere às possibilidades de acesso à educação como fundamental para o desenvolvimento individual.

¹² Para o cálculo da variável em questão, considerou-se o PIB dos municípios em três setores produtivos – setor agrícola, setor industrial e setor de serviços – e calculou-se a participação de cada um deles em valores percentuais na composição do PIB de cada ano. A partir disso se calculou a variação em termos percentuais para o período todo, tal qual fora feito com o a variação do PIB.

¹³ Optou-se em adotar a média do tamanho das propriedades rurais porque onde as propriedades são grandes, ter-se-á uma média elevada. O que significa, conforme dito, um menor número de proprietários e vice versa.

¹⁴ Trata-se de um índice que varia de zero a um. Quanto mais próximo de zero, mais igualitária é a distribuição do que estiver sendo medido e quanto mais próximo de um, maior será a desigualdade (no presente caso, da renda dos municipes).

Do ponto de vista coletivo, o nível de educação da população de um município pode também ser visto com estoque de capital humano. Espera-se que uma maior concentração de adultos nesta condição, se traduza em efeitos negativos sobre o IFDM e suas dimensões. Os dados são oriundos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD 2003).

Acesso à informática (PC): Além da educação formal, é cada vez mais primordial para o desenvolvimento individual e coletivo o acesso e a habilidade com tecnologias de informação e comunicação digital (UNESCO 2014). Desta forma, é de se supor que a maior disponibilidade e acesso ao “mundo digital” tenha impactos positivos sobre o desenvolvimento local. A variável em questão refere-se ao percentual da população que em 2000 vivia em residências com acesso a algum tipo de computador pessoal (*personal computer*, PC) em condições de uso. Os dados também são oriundos do Atlas do Desenvolvimento Humano (PNUD 2003).

Heterogeneidades Pessoais:

Mulheres: Proporção de mulheres com idade entre 15 e 64 anos no total da população no ano 2000. Para Sen, a condição de agente das mulheres é fundamental para a obtenção do desenvolvimento coletivo. Em sua abordagem, as mulheres são tidas “como agentes ativos de mudança: promotoras dinâmicas de transformações sociais que podem alterar a vida das mulheres e homens” (Sen, 2000 p. 220-221). Considerando-se correta tal afirmação, tem-se que uma maior presença de mulheres (especialmente daquelas em idade economicamente ativa) em determinado município deverá ter um impacto positivo sobre o desenvolvimento local. Daí que a distribuição espacial das mulheres pode ser um fator de desenvolvimento local. Assim, toma-se tal informação como uma das variáveis de controle. Os dados foram obtidos junto à FEE (2012).

Pret.Pard: Percentual de pretos e pardos no total da população no ano 2000. Segundo Sen (1992, p. 121-122) “the way a person is viewed in a society with racial disparity may be deeply influenced by his or her visible racial characteristics, and that can act as a barrier to functioning possibilities in many circumstances”. Tendo em vista a experiência brasileira com a escravidão e o racismo a ela inerente (ver GUIMARÃES, 1995), é possível que a maior presença de pretos e pardos na população de um município, afete negativamente seus índices de desenvolvimento. Isto porque tal contingente populacional pode ter sido, ou estar sendo “vista de maneira preconceituosa”. E, por conta disso, pode ter tido ou ainda ter menores oportunidades de desenvolvimento (renda, educação e saúde) do

que a população branca. Assim, parte dos indicadores de desenvolvimento municipal pode estar atrelada à composição étnica de sua população. Particularmente, é de se esperar que quanto maior a população preta ou parda, piores podem ser os indicadores de desenvolvimento municipal. Os dados são oriundos de IBGE (2012).

Diversidades Locais:

Idade: Idade dos municípios em anos no ano 2010. Tendo em vista que o desenvolvimento dos municípios pode variar conforme sua idade (no sentido de que municípios menores podem estar em condições piores que os municípios mais velhos) (MUELLER, 2014), busca-se controlar este possível efeito. A fonte dos dados brutos é o sítio eletrônico da FEE (2012).

VPOP: Percentual de variação da população dos municípios entre os anos 2000 e 2010. Entre os anos 2000 e 2010, mais da metade (52%) dos 496 municípios em questão apresentou variação negativa da população. Já outros 147 municípios (30%) apresentaram variação positiva acima da média estadual, que foi de 4,97%. De um lado, tal variação pode espelhar as desigualdades de oportunidades já existentes, de outro, pode também ter um efeito sobre o desenvolvimento futuro dos municípios. Assim, se considera este fator como uma das variáveis de controle. Os valores da variação populacional foram calculados a partir de dados brutos disponíveis em FEE (2012).

4 Resultados

Esta seção apresenta os resultados dos modelos estatísticos estimados. Para cada uma das variáveis dependentes apresentadas em separado (IFDM e suas três dimensões) são estimados até 7 modelos de regressão. Isto não se dá quando há ausência de correlação de uma ou mais variáveis de capital social com a respectiva variável dependente¹⁵. Nas tabelas são apresentados os coeficientes de regressão standardizados (Beta).

Seguindo a estratégia de Portes (2000), são apresentados primeiramente os “efeitos brutos” do capital social (sem a consideração de outras variáveis). Isto se dá nos modelos 1 até 4. Os três primeiros apresentam os efeitos de cada variável de capital social em

¹⁵ É o que explica as ausências dos modelos 1, 2 e 4 no caso da dimensão Emprego/Renda, do modelo 3 no caso da dimensão Educação e do modelo 3 na dimensão Saúde (ver tabela 2).

separado¹⁶, o modelo 4 mostra o efeito conjunto destas variáveis. O modelo 5 representa a estratégia empregada por Putnam (2000a), no sentido de controlar o efeito da variável dependente em seu período inicial. Neste caso, trata-se dos valores do IFDM e suas dimensões no ano 2000. Em alusão a Portes (2000), estes resultados são aqui denominados “efeitos líquidos 1”. O modelo 6 corresponde ao proposto por Portes (2000), na medida em que junto com as variáveis de capital social são simultaneamente incluídas nos modelos as demais variáveis explicativas¹⁷. É o que aqui se denomina de “efeitos líquidos 2”. Este modelo também mostra os efeitos das demais variáveis sobre as variáveis dependentes. Já o modelo 7 mostra os efeitos somente destas variáveis, uma vez que nele não estão inclusas as variáveis de capital social. Assim se percebe através da comparação dos coeficientes de determinação (R^2) dos modelos 6 e 7, o quanto este valor se altera sem a presença das variáveis putnamianas¹⁸.

A tabela “1” apresenta os resultados dos modelos estimados, tendo como variável dependente o índice multidimensional de desenvolvimento. Analisando-se primeiramente as variáveis de capital social (modelos 1-4) percebe-se que, vistas em separado (modelos 1-3), duas delas (IOV e PER) apresentaram valores beta positivos e altamente significantes, o que vai na direção de confirmar a argumentação putnamiana quanto sua influência positiva sobre o índice de desenvolvimento. Já a variável CP apresentou sinal negativo, contrariando a hipótese putnamiana. Quanto à capacidade explicativa da variância do IFDM (valores dos coeficientes de determinação R^2), percebe-se ser relativamente baixa para todas elas (cerca de 6% para “IOV”, 7% para “PER” e 2,3% para “CP”). Já, vistas em conjunto (modelo 4), esta capacidade explicativa sobe para cerca de 13%. Com a introdução da variável IFDM2000 (modelo 5), percebe-se que esta passou a ser a principal variável explicativa no modelo (beta 0,55). O que, de um lado, confirma a proposição de Putnam, no sentido de que o melhor preditor de uma variável é ela mesma no período anterior. De outro lado, isto contradiz os resultados daquele autor (PUTNAM, 2000a) onde seu índice de capital social mostrou-se um preditor melhor do que seu índice de desenvolvimento.

¹⁶ Isto se deveu basicamente à baixa correlação entre tais variáveis. O que impediu a elaboração de um índice da capital social, tal qual feito por Putnam (2000a e 2000b).

¹⁷ Vale lembrar que as variáveis que não apresentaram correlação com a respectiva variável dependente não foram incluídas nos respectivos cálculos. Por este motivo as variáveis “Crescimento” e Indust. não aparecem em nenhuma tabela.

¹⁸ Conforme Diaz-Bone (2006: 195) isto se obtém subtraindo-se o valor R^2 do modelo completo (no caso o modelo 6) do valor R^2 do modelo menor (no caso o modelo 7). A diferença resultante corresponde ao valor que as variáveis excluídas podem explicar do modelo completo.

A introdução das demais variáveis independentes (modelo 6), demonstra uma considerável redução dos valores beta das variáveis de capital social, na comparação com estes valores nos modelos anteriores. Duas variáveis de capital social (PE e CP) deixaram de ser significantes o que não aconteceu com a variável IOV. Tais resultados não permitem uma conclusão definitiva quanto à tese putnamiana. Revelam todavia, que diferentes indicadores de capital social podem estar associados de maneiras distintas com o desenvolvimento, merecendo, assim, serem analisadas em separado. Entretanto os resultados mostram claramente a redução da importância do capital social frente aos modelos anteriores e mostram a pouca importância da variável que ainda permaneceu significativa no modelo 6 (IOV, beta 0,09) frente às demais variáveis do modelo.

Tabela 1: Resultados para os modelos de regressão com o índice multidimensional de desenvolvimento IFDM2010 como variável dependente

Variáveis Independentes	Variável Dependente: IFDM2010						
	Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4	Modelo 5	Modelo 6	Modelo 7
<i>Indicadores de capital</i>							
IOV	,25***			,18***	,14***	,09**	
PE		,26***		,21***	,11**	,04	
CP			-,15**	-,18***	-,08*	-,02	
IFDM2000					,55***	,17***	,17***
<i>Facilidades Econômicas</i>							
AT						-,15***	-,17***
Gini						-,08*	-,10*
<i>Oportunidades Sociais</i>							
Analf25						-,14**	-,17***
PC						,19***	,16**
<i>Heterogeneidades Pessoais</i>							
Mulheres						,32***	,33***
Pret.Pard.						,00	-,01
<i>Diversidades Locais</i>							
Idade						,03	,02
VPOP						,01	-,00
R ²	,062	,069	,023	,128	,408	,612	,604
R ² ajustado	,060	,067	,021	,122	,404	,602	,596
F	32,6***	36,4***	11,5***	24,0***	84,7***	63,4***	82,24***

Fonte: Elaboração própria. N = 496; * p<0.05, ** p<0.01; *** p<0.001

Com relação a estas demais variáveis, nota-se que a principal delas foi “Mulheres”, apresentando um efeito positivo e altamente significativo sobre “IFDM2010”. Isto mostra que maior presença de mulheres em idade economicamente ativa está associada a valores altos de desenvolvimento municipal. Também merecem destaque o efeito positivo do acesso à informática (PC) e os efeitos negativos das grandes propriedades fundiárias (AT), da desigualdade na distribuição da renda (Gini) e do analfabetismo de adultos (Analf25). Todas tendem a confirmar as associações esperadas, apresentadas no item três. As demais variáveis não se mostraram significantes no modelo em questão¹⁹.

Comparando-se o valor R^2 do modelo 7 (0,60) como o respectivo valor do modelo 6 (0,61), é possível verificar a pouca importância das variáveis de capital social na explicação da variância da variável dependente em questão. Comparando-se ainda o valor R^2 do modelo 4, onde à primeira vista o capital social explica cerca de 13% da variável dependente, com o 1% resultante da diferença dos modelos 7 (60%) e 6 (61%), percebe-se claramente a importância de serem consideradas outras variáveis explicativas para que o papel do capital social não seja superestimado.

A tabela 2 apresenta os respectivos modelos para cada uma das dimensões – Emprego/Renda, Educação e Saúde – em separado²⁰. Observando-se as variáveis de capital social em todos os modelos, se percebe a ausência dos modelos 1 e 2 para a dimensão Emprego/Renda. O que se deveu à ausência de correlação delas com tal variável dependente. De outro modo, ambas as variáveis se mostraram fortemente associadas com as demais duas dimensões. No caso da dimensão Saúde, ambas se mantiveram robustas mesmo após a introdução das variáveis de controle no modelo 6. Já para a dimensão Educação, a variável IOV também se manteve robusta em tal modelo. Já “CP”, mostrou uma associação negativa com a dimensão Emprego/Renda e não se mostrou correlacionada com “Educação” e “Saúde”.

¹⁹ Conforme dito, as variáveis Crescimento e Industrialização não foram incluídas em nenhum dos modelos estimados por falta de correlação com as variáveis dependentes. O que indica que, nem a variação do PIB, nem da Industrialização ocorrida no período estudado, possa ter se refletido sobre os indicadores de desenvolvimento de 2010. Tais variáveis também não se mostraram correlacionadas com nenhuma das variáveis de capital social. O que mostra que neste caso, nem o Crescimento, nem a Industrialização, se pensadas como variáveis dependentes, poderiam ser explicadas pela presença do respectivo capital social local. Isto de certo modo auxilia a corroboração da hipótese de que muitas das atividades econômicas locais estejam desvinculadas do capital social local.

²⁰ Da mesma forma como ressaltado anteriormente, aqui a quantidade de modelos estimados para cada variável dependente e a quantidade de variáveis de controle nos modelos 6 e 7 variou conforme a exclusão de variáveis que não apresentaram correlação com a respectiva variável dependente.



Os resultados tendem a confirmar a argumentação aqui desenvolvida no sentido do descolamento entre atividades econômicas (atualmente amplamente globalizadas) e capital social local. Confirmam também que os efeitos do capital social local podem existir sim, porém eles se dão sobretudo sobre as dimensões e aspectos que sejam mais controláveis pelos agentes locais, e, conseqüentemente, influenciáveis pelo capital social por eles formado.

Tabela 1: Resultados para os modelos de regressão com o índice multidimensional de desenvolvimento IFDM2010 como variável dependente

V. I.	V.D. Emprego/Renda10				V.D. Educação10						V.D. Saúde10					
	Modelos				Modelos						Modelos					
	3	5	6	7	1	2	4	5	6	7	1	2	4	5	6	7
<i>Capital social</i>																
IOV					,41***			,33***	,25***	,18***	,35***			,23***	,21***	,16***
PE						,34***		,22***	,23***	,06		,44***		,36***	,33***	,23***
CP	-,25***	-,20***	-,07*													
Emp.Renda00		,41***	,26***	,26***												
Educação00								,47***	,32***	,35***						
Saúde00														,17***	,10*	,11*
<i>Facilidades Econômicas</i>																
DGLB									-,10**	-,14***					-,16***	-,24***
Gini			-,05	-,06					-,05	-,10*					-,00	-,06
<i>Oportunidades Sociais</i>																
PC			,32***	,33***					-,13**	-,20***					-,02	-,10*
Analf25			-,03	-,03					-,22***	-,29***					,06	-,04
<i>Heterogeneidades Pessoais</i>																
Mulheres			,17**	,16**					,20***	,21***					,32***	,34***
Pret.Pard.									-,02	-,05					-,06	-,10*
<i>Diversidades Locais</i>																
Idade			,11*	,13**											-,09*	-,16**
VPOP			-,01	,00					,03	,00						
R ²	,061	,230	,463	,459	,168	,115	,211	,423	,503	,477	,125	,191	,237	,265	,348	,306
R ² ajustado	,059	,227	,454	,451	,166	,113	,208	,420	,493	,468	,123	,190	,234	,261	,334	,295
F	32,0***	74,0***	52,5***	59,2***	100,0***	64,3***	66,0***	120,3***	49,0***	56,0***	71,0***	117,0***	76,5***	59,1***	25,9***	27,0***

Fonte: elaboração própria N = 496; * p<0.05, ** p<0.01; *** p<0.001. V.D: Variável Dependente.

Isto demonstra que a existência de capital social em determinado território pode ser resultado de valores e normas culturais, o efeito deste capital sobre o desenvolvimento, entretanto, pode não ser. Nos termos da abordagem aqui desenvolvida, significa que o efeito do capital social passa por uma concepção mais complexa de agência daquela inerente a Putnam. Passa por uma concepção que incorpore, além da cultura, os aspectos de poder e controle. O poder dos agentes locais em si, e o quanto eles podem controlar cada um dos aspectos subjacentes à cada dimensão do desenvolvimento. Além disso, o sinal negativo da variável CP mostra que a maior participação se deu justamente naqueles municípios com piores resultados na dimensão Emprego/Renda²¹. Isso mostra que o próprio capital social pode ser oriundo, não totalmente de heranças culturais, mas em parte também da disparidade espacial de oportunidades existente no presente.

Considerações finais

Este trabalho discutiu a teoria do capital social de Robert Putnam (2000a e 2000b) e suas relações com o desenvolvimento local. Para isso teve-se como base empírica os 496 municípios do estado do Rio Grande do Sul – Brasil existentes no ano 2010. Como conceito de desenvolvimento, optou-se pela “Abordagem das Capacidades” de Amartya Sen. Assim, trabalhou-se com um índice de desenvolvimento que traz informações sobre Trabalho/Renda, Educação e Saúde. O que permitiu uma abordagem diferenciada, senão inovadora, sobre as implicações e conexões entre capital social e desenvolvimento, definido e medido de forma multidimensional. A ideia central, tomada de Portes (2000), consistiu em mostrar empiricamente que os supostos efeitos do capital social sobre o desenvolvimento local podem ser menos relevantes do que a tese putnamiana faz crer se, partirmos de uma concepção de desenvolvimento multidimensional e se a partir dela considerarmos outros elementos e mecanismos que também podem influenciar este desenvolvimento.

Sem pretender negar a tese putnamiana, partiu-se das críticas de Portes (2000) e Fine (2010), no sentido de que tal tese oblitera outros fatores (internos e externos) que podem também exercer influência sobre o desenvolvimento de um município e/ou região.

²¹ Dividindo-se os municípios em quartis (quatro grupos iguais), viu-se que no grupo dos 25% menos desenvolvidos em 2000, a participação alcançou uma média de 13,15%. No grupo seguinte (25 a 50%) ela foi de 12,18%. No grupo de 50% até 75% ela foi de 12,41%. E a menor média de participação se deu no grupo daqueles que apresentavam os melhores resultados nesta dimensão, sendo de 10,76%.

Isto pode resultar em uma importância desproporcional do capital social e, conseqüentemente, das respectivas culturas locais/regionais, na explicação do desenvolvimento, dado que, segundo a tese putnamiana, o capital social advém destas culturas. Isto por sua vez pode funcionar como uma espécie de “cilada política” (MUELLER, 2013) em termos de causas e responsabilidades quanto às disparidades espaciais de desenvolvimento. Uma vez que o desenvolvimento alcançado por cada “região” seria proporcional aos respectivos valores.

Os resultados deste trabalho mostraram claramente que, no contexto estudado, capital social local e atividades econômicas locais não estão positivamente associados. Na interpretação do autor deste trabalho, não se trata de buscar explicações na cultura. Se trata, sobretudo, do fato de que muitas das atividades econômicas desenvolvidas no âmbito municipal estão inseridas em estruturas e redes de atores globais. Daí que muitos municípios, independentemente de sua cultura e da quantidade de capital social do tipo putnamiano, podem estar a mercê das decisões políticas e outras decisões no âmbito empresarial, diretamente ligadas a sua realidade em termos de trabalho e renda. Ou seja, mesmo na presença de muito capital social em uma “comunidade” pouco desenvolvida, este capital social pouco poderá impactar o desenvolvimento, tendo em vista que ele será basicamente formado pela “agência” de pessoas materialmente pobres e pouco instruídas, e, conseqüentemente, com pouco poder e controle sobre os processos que mais diretamente afetam seu entorno. Por isso se argumenta aqui que quando se discute desenvolvimento, o foco deveria ser mais sobre os valores, as percepções e a “agência” das elites (locais, nacionais, globais) do que sobre os valores e normas culturais daqueles com menor capacidade de influenciar o mundo.

De outro modo, este estudo mostrou que o capital social pode ter efeitos positivos sobre aspectos de saúde e educação. Isto pode também ser compreendido pela consideração das noções de poder e controle inerentes aos aspectos subjacentes às dimensões em questão. Aqui se entende que pelo menos parte deste efeito pode se dar pelo fato de que a comunidade local (bem como cada indivíduo) possa ter mais poder e controle sobre muitos dos aspectos subjacentes a tais dimensões, do que sobre aqueles subjacentes à dimensão Emprego/Renda. Desta forma, uma mobilização local (ativar o capital social coletivo) pode ter efeitos positivos sobre o bem-estar local sim. Porém, isto está diretamente ligado ao fato de se tratar de aspectos realmente influenciáveis pela

mobilização local. Por isso, se reafirma a necessidade de distinguir qual dimensão do desenvolvimento se espera ser afetada pelo capital social local e tratá-las em separado.

Não cabe aqui esmiuçar os resultados das demais variáveis nos respectivos modelos 6 (tabela 2). Tais resultados evidenciam, entretanto, a necessidade de serem discutidos e estudados mais detidamente, especialmente no que diz respeito aos mecanismos subjacentes à cada uma das variáveis em questão. Destaca-se os efeitos positivos da variável Mulheres sobre as três dimensões, o que evidencia a importância do papel de agente das mulheres nos processos de desenvolvimento. Além disso é notável o efeito negativo das grandes propriedades fundiárias (variável AT) sobre “Saúde” e “Educação”.

REFERÊNCIAS

- COLEMAN, James S. Social Capital in the Creation of Human Capital. In: *American Journal of Sociology*, Vol.94, Supplement, s. 95-120, 1988.
- CROCKER, David A. & ROBEYNS, Ingrid. Capability and Agency. In: Morris, Christopher ed. *Amartya Sen*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- DIAZ-BONE, Rainer. *Statistik für Soziologen*. Konstanz: UVK Verlagsgesellschaft, 2006.
- FEE (*Fundação de Economia e Estatística*). Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br>>; Acesso em: 01.07.2012).
- FINE, Ben. *Theories of Social Capital: Researchers Behaving Badly*. London: Pluto Press 2010.
- FIRJAN (*Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro*). IFDM. Disponível em: (<http://www.firjan.org.br/IFDM/ifdm_downloads.html>, Acesso em: 20.10. 2012).
- GUIMARÃES, Antonio S. A. „Racismo e anti-racismo no Brasil“. In: *Novos Estudos*, 43, 26-44, 1995.
- IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07/04/2012.
- IBGE/IPEA. *As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil 2002*. Rio de Janeiro, 2004.
- IPEA. Banco de Metadados IPEA. *Eleições*. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 05.05.2011.
- LEVI, Margaret. Social and Unsocial Capital: A Review Essay on Robert Putnam's Making Democracy Work. In: *Politics and Society*, 24(1), S. 45-55, 1996.
- MUELLER, Airton Adelar. *Criação de Novos Municípios, Capital Social e Desenvolvimento*. Saarbrücken. Novas Edições Acadêmicas, 2014.
- MUELLER, Airton Adelar. Usos e armadilhas política inerentes à versão putnamiana de capital social. In: *Revista Espaço Acadêmico (UEM)*, v.13, 2013.
- PELLANDA, Ernesto. *A colonização germânica no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Livraria do Globo, 1925.
- PORTES, Alejandro. Two Meanings of Social Capital. In *Sociological Forum*, Vol. 15 No. 1 (Mar.), pp. 1-12, 2000.
- PNUD (*Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento*). *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*, 2003.

- PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da tália moderna*. 2ª Ed. Rio de Janeiro, FGV, 2000a.
- PUTNAM, Robert D. *Bowling alone. The collapse and revival of american community*. New York: Simon & Schuster, 2000b.
- RS: Governo do Estado do Rio Grande do Sul: Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. Consulta Popular. Disponível em: (<<http://www.consultapopular.rs.gov.br/>>. Acesso em 02.12.2010).
- SEN, Amartya 1985. Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures. In: *The Journal of Philosophy*, Vol. 82, No. 4, 169-221, 1985.
- Sen, Amartya. The Standard of living. In: The Tanner Lecture on Human Values. Delivered at Stanford University. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- SEN, Amartya. Inequality Re-examined. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.
- SEN, Amartya. *The Idea of Justice*. London: Penguin Books, 2010.
- UNESCO. *Digital Literacy in Education*. Disponível em: (<http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002144/214485e.pdf>. Acesso em: 21.04.2014).
- TARROW, Sidney. Making social science work across space and time: A critical reflection on Robert Putnam's Making Democracy Work. In: *American Political Science Review*, 90(June):389-397, 1996.

Anexo A: Estatística descritiva das variáveis utilizadas no estudo.

Variablen	M	S	MD	Min	Max
IFDM2010	0,71	0,06	0,71	0,51	0,91
Emp.Renda10	0,47	0,13	0,45	0,12	0,95
Educação10	0,76	0,08	0,76	0,53	0,94
Saúde10	0,89	0,06	0,90	0,51	1,00
IFDM2000	0,61	0,06	0,61	0,43	0,77
Emp.Renda00	0,45	0,10	0,44	0,20	0,81
Educação00	0,61	0,09	0,61	0,36	0,90
Saúde00	0,77	0,09	0,77	0,51	0,97
<i>Capital social</i>					
IOV	4,03	3,04	3,2	0,37	21,1
PE	89,18	3,32	89,56	78,64	95,26
CP	12,13	8,24	10,35	1,29	63,46
<i>Facilidades Econômicas</i>					
Crescimento	13,44	3,78	12,87	2,78	50,58
Industr	15,53	8,19	13,99	-12,50	58,59
AT	50,15	73,23	22,05	6,41	511,91
Gini	0,52	0,06	0,52	0,36	0,80
<i>Oportunidades Sociais</i>					
Analf25	10,46	4,97	9,55	2,02	34,28
PC	4,90	3,68	3,93	0,40	27,90
<i>Heterogeneidades</i>					
<i>Pessoais</i>					
Mulheres	32,22	1,51	32,21	27,40	36,57
Pret.Pard.	10,66	7,50	10,09	0,00	73,33
<i>Diversidades Locais</i>					
Idade	47,89	43,87	23,00	14,00	202,00
VPOP	1,01	11,72	-0,68	-28,44	51,69

Fonte: Elaboração própria. M Média; S Desvio Padrão; MD Mediana; Min Mínimo; Max Máximo

Anexo B: Tabela de correlações entre todas as variáveis utilizadas no presente estudo

	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
1 IFDM2010	1																			
2 Emp.Renda10	,781**	1																		
3 Educação10	,640**	,125**	1																	
4 Saúde10	,562**	,082	,419**	1																
5 IFDM2000	,603**	,440**	,476**	,290**	1															
6 Empr.Renda00	,355**	,437**	,070	,054	,635**	1														
7 Educação00	,445**	,203**	,525**	,260**	,633**	,022	1													
8 Saúde00	,396**	,212**	,375**	,277**	,711**	,163**	,278**	1												
9 IOV	,249**	-,054	,410**	,354**	,133**	-,073	,178**	,176**	1											
10 PE	,262**	-,033	,339**	,437**	,193**	,117**	,059	,207**	,351**	1										
11 CP	-,151**	-,246**	-,012	,082	-,150**	-,118**	-,088	-,088	,041	,086	1									
12 Crescimento	-,015	-,006	,022	-,060	-,004	-,072	,033	,039	-,021	,030	-,002	1								
13 Industr	,053	,030	,073	,002	,029	-,005	,041	,024	,042	,056	,013	,516**	1							
14 AT	-,274**	-,051	-,275**	-,376**	-,170**	-,122**	-,104*	-,108*	-,271**	-,492**	-,143**	,055	,025	1						
15 Gini	-,327**	-,102*	-,344**	-,341**	-,252**	-,170**	-,060	-,267**	-,325**	-,614**	,064	,108*	,055	,373**	1					
16 Analf25	-,612**	-,396**	-,548**	-,324**	-,574**	-,237**	-,457**	-,458**	-,304**	-,368**	,134**	,004	-,006	,097*	,434**	1				
17 PC	,571**	,603**	,263**	,115*	,588**	,351**	,463**	,352**	-,099*	-,093*	-,280**	-,063	-,059	,037	-,006	-,528**	1			
18 Mulheres	,666**	,523**	,466**	,319**	,552**	,239**	,509**	,360**	,119**	,057	-,161**	-,140**	-,070	-,079	-,142**	-,586**	,661**	1		
19 Pret.Pard.	-,305**	-,083	-,344**	-,313**	-,211**	-,090*	-,146**	-,188**	-,344**	-,432**	,067	,037	-,058	,257**	,472**	,477**	-,105*	-,207**	1	
20 Idade	,193**	,357**	-,023	-,147**	,125**	,069	,185**	-,006	-,191**	-,471**	-,239**	-,163**	-,066	,274**	,310**	-,078	,472**	,442**	,131**	1
21 VPOP	,283**	,286**	,140**	,071	,289**	,246**	,133**	,184**	-,125**	,116**	-,231**	,046	,019	,006	-,212**	-,315**	,457**	,263**	-,203**	,057

Fonte: Elaboração do autor. ** significante ao nível 0,01 (bilateral). *ignificante ao nível 0,05 (bilateral). N = 496.